

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vítório Júnior – PP
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 15ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear o Comitê Representativo das Escolas Técnicas de Minas Gerais credenciadas no projeto Trilhas de Futuro pelos relevantes serviços prestados à educação profissional e tecnológica

1.2 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura

1.3 – Comissão

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

6 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

7 – MANIFESTAÇÕES

8 – REQUERIMENTOS APROVADOS

9 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 15ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2026

Presidência do Deputado Vítório Júnior

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Carlos Henrique – Entrega de Placa – Palavras da Sra. Ana Paula Dias de Azevedo – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Vítório Júnior – Carlos Henrique.

Abertura

O presidente (deputado Vítório Júnior) – Às 19h8min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião a homenagear o Comitê Representativo das Escolas Técnicas de Minas Gerais credenciadas no projeto Trilhas de Futuro pelos relevantes serviços prestados à educação profissional e tecnológica.

Composição da Mesa

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Ana Paula Dias de Azevedo, presidente do Comitê Representativo das Escolas e presidente da Associação Mineira dos Mantenedores das Escolas Técnicas de Minas Gerais; e os Exmos. Srs. Gustavo Oliveira Braga de Souza, secretário de Estado de Educação, representando o governador, Mateus Simões; Erofilho Lopes Cardoso, vice-presidente do Comitê Representativo das Escolas e delegado regional no âmbito do Propag pela Abmet; Luiz Ricardo Lima Costa, vice-presidente da Associação Mineira de Mantenedores – Ammet; Samuel Santos de Carvalho, representante da Associação Brasileira de Mantenedores das Escolas Técnicas; e deputado Carlos Henrique, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

A locutora – Gostaríamos de agradecer e registrar a presença do promotor de Justiça Rodrigo Augusto Fragas de Almeida e do secretário de Educação de Manhuaçu Daniel Vieira Ferreira. Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

A locutora – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Banda Bios – Bombeiro Instrumental Orquestra Show –, sob a coordenação do 1º-Ten. Paulo César e na condução musical do Subten. Santana.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

A locutora – Assistiremos agora a um vídeo sobre o projeto Trilhas de Futuro.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Carlos Henrique

Exmo. Sr. Deputado Vitório Júnior, secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, caro amigo, representando o deputado Tadeu Leite, presidente da Assembleia, muito obrigado pela sua presença e pela disponibilidade de presidir esta reunião. Muito obrigado, deputado. Também quero cumprimentar a Sra. Ana Paula Dias de Azevedo, presidente do Comitê Representativo das Escolas e presidente da Associação Mineira dos Mantenedores das Escolas Técnicas de Minas Gerais – muito obrigado. Foi uma bênção muito grande na minha vida tê-la conhecido. Fruto dessa aproximação, surgiu a homenagem nesta noite às escolas técnicas. É um prazer muito grande poder ser seu colaborador. Exmo. Sr. Gustavo Oliveira Braga de Souza, secretário de Estado de Educação, representando Mateus Simões, governador de Minas Gerais. Agradeço muito a parceria e o espírito colaborativo de V. Exa., idealizador desse projeto. As escolas técnicas estarem sendo homenageadas, tendo o senhor como secretário de Estado de Educação, não são coincidências, mas providência muito grande. Você é merecedor de estar nesta Mesa conosco. Obrigado pela presença. Cumprimento ainda Erofilho Lopes Cardoso, vice-presidente do Comitê Representativo das Escolas e delegado regional no âmbito do Propag pela Abmet e esposo da querida Ana – obrigado pela presença. Sr. Luiz Ricardo Lima Costa, vice-presidente da Associação Mineira dos Mantenedores – grande amigo. Obrigado pela presença, Ricardo. Cumprimento também o Sr. Samuel Santos de Carvalho, representante da Associação Brasileira de Mantenedores das Escolas Técnicas. Muito obrigado. É uma honra tê-lo conosco cumprindo a Mesa.

Boa noite a todos. Boa noite, Exmo. Sr. Deputado Vítório Júnior, que preside esta reunião, senhoras e senhores, autoridades presentes, representantes das instituições de ensino, educadores, diretoras e convidados. Reunimo-nos nesta noite para prestar justa homenagem ao Comitê Representativo das Escolas Técnicas de Minas Gerais credenciadas no projeto Trilhas de Futuro pelos relevantes serviços prestados à educação profissional e tecnológica em Minas Gerais. Além da homenagem às instituições, é uma homenagem à educação que transforma vidas, à qualificação profissional que gera oportunidades e construção de um futuro melhor para milhares de jovens e trabalhadores.

Desde a sua criação, o Trilhas de Futuro já ofertou cerca de trezentos e setenta e quatro mil vagas gratuitas em cursos técnicos e profissionalizantes, trazendo benefícios – os alunos não pagam mensalidades e recebem ajuda de custo diária para transporte e alimentação. Mais de cem mil profissionais já concluíram sua formação e estão aptos a ocupar espaços estratégicos na economia mineira e nacional. Atualmente, mais de cento e quinze mil estudantes encontram-se em processo de formação em todas as regiões do Estado. O seu público alvo é composto por instituições públicas e privadas credenciadas pelo Estado para garantir alta empregabilidade. A forma de acesso ao projeto Trilhas de Futuro se dá por meio de editais, cujos cursos disponíveis e datas de inscrição, na sua região, são facilitadas pelo portal governamental Trilhas de Futuro, no *site* do governo do Estado.

Em que pesem as discussões sobre o modelo pedagógico ideal de formação escolar para os estudantes, bem como a inserção desses estudantes, após se formarem, no mercado de trabalho, podemos afirmar que o projeto Trilhas de Futuro dá um passo importante. Os recém-formados, muito além da formação científica para o ingresso em universidades, são oportunizados com uma formação tecnológica que propicia aos alunos do ensino médio e aos adultos da educação de jovens e adultos – EJA – uma forma de entrada imediata no mercado de trabalho. Nada impede, porém, que os formados pelo Trilhas de Futuro, caso queiram, ingressem em uma universidade, em um curso superior de sua preferência, pois já terão assegurada, da forma como o projeto Trilhas de Futuro está estruturado, sua necessidade de trabalhar, ganhando dinheiro com sua profissão inicial de seu curso tecnológico. Mas é preciso reconhecer que nenhuma política alcança resultados expressivos apenas pela força de um decreto, de uma lei ou pela vontade de um governo. O sucesso do Trilhas de Futuro é fruto de uma grande aliança construída entre o governo de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Educação, os municípios, o setor produtivo e principalmente as instituições de ensino credenciadas, que acreditaram nesse projeto desde o seu início.

O projeto Trilhas de Futuro deixa de lado as discussões políticas sobre o modelo pedagógico e avança sobre as necessidades dos alunos, das empresas e das indústrias de Minas Gerais, do ponto de vista prático, para assegurar uma profissão que permita viver com dignidade, atendendo, ao mesmo tempo, à necessidade imediata dos alunos recém-formados, adultos em formação tardia e às necessidades das empresas de Minas Gerais. Exemplo disso é o desempenho do projeto Trilhas de Futuro pela sua adesão pelas escolas dos municípios – atualmente são 249 municípios conveniados, ofertando cursos técnicos disponíveis em mais de trinta e cinco modalidades. Aliás, por iniciativa nossa, na qualidade de parlamentar interessado na educação e no desenvolvimento de nosso Estado de Minas Gerais, nós conseguimos a ampliação do projeto, junto ao secretário de Estado de Educação, o nosso querido Gustavo Braga. A ele as nossas homenagens e a nossa gratidão de todo o coração.

Muitos de vocês sabem que muito dessa expansão do Trilhas estava perdida – eu diria. E o Gustavo nos recebeu na secretaria. Fui o primeiro deputado que ele gentilmente recepcionou, junto com a diretoria do projeto das escolas mantenedoras do Trilhas. Ele, de pronto, disse que estaria junto ao famigerado Cofin(?) e defenderia o projeto. Assim ele conseguiu manter as vagas excedentes. Muito obrigado, Gustavo, pela sua sensibilidade. Não poderia ser diferente, dado o comprometimento de V. Exa. com esse projeto e com a educação mineira. A ele presto minhas homenagens e meu agradecimento, que já foi feito ao nosso querido deputado – estou profetizando – ao nosso querido secretário.

Foram abertas recentemente mais 9.000 vagas para alunos desse projeto, o que decerto contribuirá para a geração de renda, a empregabilidade e o atendimento das necessidades de mão de obra qualificada para nossas empresas. De igual modo, a interconexão

entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – vem, com esse programa do governo de Minas Gerais, suprir não somente uma necessidade de adequação da formação técnico-profissional para o mercado de trabalho, gerando oportunidades de empregabilidade, mas também mapear as necessidades das empresas e das indústrias mineiras em suas necessidades de profissionais qualificados. Isso, por sua vez, cria uma rede positiva entre os jovens e os estudantes em geral e as empresas mineiras, motivando quem inicia no mercado de trabalho e quem busca oportunidades profissionais. O resultado prático disso tudo é a criação de um ciclo virtuoso de formação tecnológica e profissional qualificada e a promoção de um desempenho econômico, gerando renda, melhores salários e aumentando a produtividade das empresas e das indústrias mineiras.

O Mapa Mineiro para Qualificação Profissional, que conecta mercado e educação em Minas Gerais, coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e pela Secretaria de Estado de Educação, visa criar uma ação voltada para a identificação das necessidades de qualificação de mão de obra nos setores produtivos, com foco na oferta de cursos técnicos, na formação inicial continuada e no ensino superior em nosso Estado. Isso conecta os formados com as vagas existentes nas empresas mineiras, e os egressos do programa Trilhas de Futuro já saem empregados, em sua maioria, depois de formados.

Desse modo, senhoras e senhores, o programa Trilhas de Futuro do governo de Minas Gerais é uma política pública que, por meio da interconexão entre secretarias estaduais, produz resultados práticos, gerando mão de obra qualificada para as nossas empresas e as nossas indústrias. Esse programa é importante não somente como política pública, mas também como política estatal para a educação, que muda a lógica de formação educacional, a cargo do Estado de Minas Gerais pela Lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB –, para adequá-la a um aspecto até aqui tratado inadequadamente, que é a formação nas áreas profissionais de maior necessidade do mercado, e não das atuais ofertadas pelo sistema educacional, rompendo com a formação em massa de cursos que não propiciam aos seus egressos renda e empregabilidade. Por outro lado, ele supre as necessidades das empresas nas áreas de formação hodiernamente requeridas. Esse ponto é necessário enfatizar, pois muitos de nós conhecemos e ouvimos de pessoas próximas e nas discussões sobre formação escolar que muitos indivíduos, após se formarem, veem-se frustrados, pois, embora altamente qualificados, os cursos de suas formações estão saturados pelo mercado de trabalho e não atendem às expectativas das empresas. Esses estão, então, desempregados ou em desalento profissional. Logo, o Trilhas de Futuro, como política pública instituída pelo Estado de Minas Gerais, supre essa lacuna entre as necessidades dos cursos requeridos pelo mercado de trabalho e realiza formação voltada para o atendimento dessa demanda reprimida em algumas áreas, como tecnologia da informação, banco de dados, cibersegurança, agricultura, automação industrial, meio ambiente, mineração, manutenção de máquinas industriais etc. Assim, leva o ingresso do ensino médio diretamente ao mercado de trabalho, o que impacta em suas carreiras e nas suas vidas profissional e familiar. De outro modo, gera dinamismo econômico a médio e longo prazos para a economia mineira.

Pode parecer simples, mas isso significa dizer que no Estado de Minas Gerais, pioneiro na educação nacional, o Projeto Trilhas de Futuro proporciona ingresso no ensino estadual aos estudantes – seja aluno regular ou maior aprendiz –, que, ao concluírem os diversos cursos ofertados pelo programa, de forma gratuita e universal, ao se formarem, terão empregabilidade e renda. Isso, nos tempos modernos, é de fundamental importância para sobrevivência das pessoas. Oportuniza-se aos jovens e adultos em formação o adequado ingresso no mercado de trabalho.

Como o próprio nome diz, o programa estadual para formação e oferta de cursos profissionais Trilhas de Futuro cria um caminho seguro entre a formação profissional e o mercado de trabalho, rompendo com um ciclo de formação educacional em áreas já saturadas pelo excesso de profissionais, cuja empregabilidade é altamente competitiva e não apresenta condições adequadas de remuneração. Exemplo disso são os diversos profissionais que, com seus cursos atuais, independentemente de suas qualificações, se veem frustrados após se formarem porque o mercado não lhes propicia renda, ou porque, mesmo tendo renda com suas qualificações, esta não lhes permite planejar um futuro.

Assim sendo, o Trilhas de Futuro aponta um caminho profissional e um futuro de vida para aqueles que nele se qualificam e, de outro modo, para empresas e indústrias suprirem as necessidades de qualificação profissional exigidas pela indústria 4.0, de alta tecnologia, que requisita profissionais diferenciados e altamente qualificados.

Ao jovem gera oportunidade de ter um futuro com o pleno exercício de seus domínios técnicos; ao adulto, a empregabilidade, que gera paz social e segurança alimentar e econômica, que propiciam, em regra, a esperança necessária de saber que, havendo trabalho no amanhã, estarão asseguradas a estabilidade e empregabilidade. Isto – em um mundo cujas incertezas, diante dos avanços sociais e tecnológicos, criam desalento e desemprego em massa – é importante para o planejamento pessoal, profissional e familiar daqueles que se formaram e que cursam os diversos cursos do programa Trilhas de Futuro.

Eu, na qualidade de deputado, realizo-me quando vejo a educação avançar criando oportunidades de uma vida digna, em especial, para os jovens e para o cidadão mineiro, como ocorre neste programa Trilhas de Futuro. Nós nos sentimos extremamente realizados.

Parabéns ao governo de Minas Gerais, na pessoa de S. Exa. o governador Matheus Simões, e aos coidealizadores de tão promissor e eficaz programa educacional. Somente a educação transforma e cria cidadãos e oportunidades de mudar vidas. Ao Comitê Representativo das Escolas Técnicas de Minas Gerais credenciadas no projeto Trilhas de Futuro, pelos relevantes serviços prestados à educação profissional e tecnológica em Minas Gerais, nosso especial parabéns, pela sua condução de tão importante programa de formação educacional em nosso estado.

Parabéns, Trilhas de Futuro, o caminho está marcado. Sigam-no, para a glória de Minas Gerais, para uma vida de esperança e trabalho em futuro muito melhor que o presente. Agradeço a presença de todos que vieram de tão longe para receber esta justa homenagem. Agradeço à corporação e à banda do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais, que gentilmente se fazem presentes e alegram o nosso coração.

Agradeço a presença da minha querida esposa, incentivadora e apoiadora. Apenas faço um registro: nesta semana, estamos completando 34 anos de casados. Muito obrigado pela sua parceria e pelo seu apoio incondicional ao nosso trabalho.

Ana, muito obrigado por você ser essa mulher guerreira, competente e que se dedica tanto a esse projeto. Você não se dedica a uma empresa; você se dedica a uma causa, a causa da educação mineira. Esse projeto, em consonância com as escolas mantenedoras e com o governo do Estado de Minas Gerais, tem realizado milhares de sonhos em nosso estado, projetando futuros e dando oportunidades para muitos jovens que se viam em situações periféricas e com poucas oportunidades profissionais em suas vidas.

Vocês fazem a diferença na educação do Estado de Minas Gerais. Parabéns pelo trabalho de cada um e de cada uma dos senhores e das senhoras. O meu muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

Entrega de Placa

A locutora – O deputado Vitório Júnior, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite, e o deputado Carlos Henrique farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem à presidente do Comitê Representativo das Escolas e presidente da Associação Mineira dos Mantenedores das Escolas Técnicas de Minas Gerais, Ana Paula Dias de Azevedo. A placa contém os seguintes dizeres: “O Comitê Escolas do Projeto Trilhas de Futuro desempenha papel essencial na expansão da educação profissional no Estado. Por meio da oferta de cursos técnicos gratuitos e de qualidade, as instituições que o integram ampliam o acesso de jovens e adultos à capacitação para o mercado de trabalho, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social. Com dedicação, competência e compromisso público, essas escolas contribuem para a geração de oportunidades e o progresso das diversas regiões mineiras. Por toda essa atuação em favor da educação e do desenvolvimento socioeconômico do Estado, a Assembleia Legislativa presta ao Comitê Escolas do Projeto Trilhas de Futuro justa homenagem”.

O presidente – Aproveito para quebrar o protocolo e convidar também Gustavo Oliveira Braga para nos acompanhar na entrega da placa, por gentileza.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Ana Paula Dias de Azevedo

Boa noite a todos e todas. Cumprimento o Exmo. Sr. Deputado Vítório Júnior, 2º-secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando o presidente da Assembleia, deputado Tadeu Leite; o Exmo. Sr. Deputado Carlos Henrique, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; o Exmo. Sr. Gustavo Oliveira Braga de Souza, secretário de Estado de Educação, representando o governador de Minas Gerais, Mateus Simões; o Sr. Erofilho Lopes Cardoso, vice-presidente do Comitê Representativo das Escolas Técnicas de Minas Gerais e delegado regional no âmbito do Propag pela Abmet; o querido Luiz Ricardo Lima Costa, vice-presidente da Associação Mineira de Mantenedores – Ammet; o Sr. Samuel Santos de Carvalho, representante da Associação Brasileira de Mantenedores de Escolas Técnicas; de modo especial, todos os meus colegas mantenedores e diretores das instituições de ensino credenciadas no projeto Trilhas de Futuro, no Estado de Minas Gerais.

Senhoras e senhores, boa noite. Quero cumprimentar, mais uma vez, com muito respeito, todas as autoridades que fazem parte deste momento tão especial para as instituições de ensino do Estado de Minas Gerais. Cumprimento o querido deputado Carlos Henrique, os mantenedores, os diretores, os convidados e todos aqueles que acreditam no poder transformador da educação. Assim como, acertadamente, disse o grande pensador Kant: “Não somos nada além daquilo que a educação faz de nós”.

Hoje é uma noite que ficará marcada na história da educação profissional, pois receber esta homenagem na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, juntamente com os grandes companheiros do Comitê Representativo das Escolas Técnicas e com os mantenedores e diretores das instituições credenciadas no projeto Trilhas de Futuro, é uma honra que nos emociona profundamente e nos fortalece racionalmente.

Esta cerimônia enobrece o notável trabalho das escolas. Além disso, esta homenagem pertence, sim, a todos os seus mantenedores, diretores e a toda a equipe que integra essas instituições de ensino. Mas pertence também aos milhares de estudantes que buscaram e conquistaram a oportunidade de fazer parte do projeto Trilhas de Futuro, acreditando na construção de um futuro melhor para si, para suas famílias e, naturalmente, para o nosso estado.

Agradecemos, de forma especial, a você, querido deputado estadual Carlos Henrique. Muito obrigada por valorizar o trabalho das instituições credenciadas no Trilhas de Futuro e por compreender a importância da educação profissional para o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico do nosso estado. A sua atuação, Carlos Henrique, fortalece a educação profissional e contribui de forma significativa. Ao nosso querido governador Mateus Simões, ao ex-governador Romeu Zema e ao nosso secretário de Estado de Educação de Minas Gerais, Gustavo Braga, a nossa gratidão pela implementação do projeto Trilhas de Futuro, ampliando o acesso à educação profissional de qualidade, gerando empregos e impulsionando o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

A parceria entre os setores público e privado reafirma o compromisso conjunto com o avanço da educação e a construção de um futuro mais promissor a todos os mineiros. O projeto Trilhas de Futuro já credenciou centenas de instituições de ensino, milhares de estudantes e dezenas de municípios mineiros. Mais de um milhão e quatrocentas mil pessoas já se inscreveram para participar das edições do projeto Trilhas de Futuro. Por isso, registramos com muito carinho o nosso apreço ao nosso secretário de Estado de Educação, Gustavo Braga, a toda a sua equipe da SEE, à SRI – um abraço carinhoso. Fazemos um reconhecimento também ao trabalho incansável das superintendências regionais de ensino, aos inspetores escolares, ao nosso querido diretor de Educação Profissional e Trilhas de Futuro, André Henrique Marques, e a todos que fazem o Trilhas de Futuro acontecer com toda a sua grandeza e organização em nosso estado. Esta homenagem, Gustavo Braga e deputado Carlos Henrique, fortalece, sim, os mantenedores, as

instituições que tanto acreditam e agradecem a oportunidade de fazer parte deste grandioso projeto, que nesta noite renova ainda mais a nossa esperança no futuro.

Estamos certos de que este momento foi preparado por Deus. E, como nos ensina a palavra de Deus em Efésios 3:20: “Confiamos Naquele que é capaz de fazer infinitamente mais do que pedimos ou pensamos”. Resta-nos um pedido e uma esperança: que o Trilhas de Futuro torne-se definitivamente uma política de Estado, que essa certeza continue inspirando cada instituição aqui homenageada e que fortaleçamos a nossa fé em Deus, acreditemos no homem e tenhamos fé no que virá. Nós podemos muito, nós podemos mais. Gratidão, colegas, companheiras de missão. Muito obrigada.

Palavras do Presidente

Boa noite a todos os participantes. Exmo. Sr. Deputado Carlos Henrique, meu amigo, quero cumprimentar V. Exa. e falar da importância desta homenagem mais que justa e merecida. Parabéns pela iniciativa. Em nome do Parlamento mineiro, muito nos honra estar aqui com V. Exa. nesta noite para poder testificar isso. Cumprimento a nossa homenageada, Ana Paula Dias de Azevedo, presidente do Comitê Representativo das Escolas Técnicas de Minas Gerais e presidente da Associação Mineira dos Mantenedores das Escolas Técnicas de Minas Gerais. Parabéns pela merecida homenagem. Cumprimento ainda Gustavo de Oliveira Braga de Souza, secretário de Educação, que, na oportunidade, representa o nosso governador Mateus Simões; o Sr. Erofilho Lopes Cardoso, vice-presidente do Comitê Representativo das Escolas Técnicas de Minas Gerais, delegado regional no âmbito do Propag; e Luiz Ricardo Lima Costa, vice-presidente da Associação Mineira de Mantenedores. Cumprimento, por fim, Samuel Santos de Carvalho, representante da Associação Brasileira dos Mantenedores das Escolas Técnicas.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais faz questão de honrar as pessoas e as entidades pelas iniciativas que contribuem para construir uma sociedade melhor. É por esse motivo que prestamos, hoje, esta homenagem às escolas mantenedoras do projeto Trilhas de Futuro. Afinal, a sua participação tem sido indispensável para assegurar o alcance desse importante projeto, que é motor de desenvolvimento econômico e social, ao promover tamanha inclusão com ensino técnico, gratuito e de qualidade e ampla inserção no mercado de trabalho.

Reconhecemos que o sucesso do programa envolve a parceria com as escolas mantenedoras, pois é somente graças a essas instituições que milhares de cidadãos mineiros recebem, hoje, uma formação técnica, que será decisiva em sua vida. São as escolas parceiras que mantêm abertas essa trilha de futuro nas diversas regiões do Estado, criando oportunidades efetivas de uma vida mais plena e mais próspera.

Por todos esses motivos, saudamos os representantes das escolas parceiras do projeto Trilhas de Futuro, desejando-lhes o mais pleno sucesso na continuidade dessa sua valiosa missão. Que possamos prosseguir avançando, lado a lado, nessa trilha, para construir o futuro que desejamos para toda a Minas Gerais. Muito obrigado.

A locutora – Após o encerramento regimental, ouviremos o Trio Amaranto, que apresentará as seguintes músicas: *Felicidade*, de Marcelo Jeneci e Chico César e *Nunca pare de sonhar – Sementes do amanhã*, de Gonzaguinha.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 2, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 2/6/2026

Presidência do Deputado Professor Wendel Mesquita

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Ione Pinheiro – Leleco Pimentel – Lucas Lasmar – Mário Henrique Caixa – Professor Wendel Mesquita – Rodrigo Lopes – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Professor Wendel Mesquita) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 3, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/5/2026

Às 10h13min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus e o deputado Professor Cleiton (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Procuradoria da República no Município de Sete Lagoas (um ofício em 13/3/2026); do Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz (um ofício em 26/11/2025); da Prefeitura Municipal de Montes Claros (um ofício em 14/11/2025); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (dois ofícios em 14/11/2025); do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (um ofício em 12/2/2026); da Prefeitura Municipal de Juatuba (um ofício em 19/12/2025); da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (um ofício em 12/2/2026 e três ofícios em 13/2/2026); da Agência Reguladora de Saneamento e Energia de Minas Gerais (um ofício em 17/12/2025 e um ofício em 15/1/2026); do Ministério da Justiça e Segurança Pública (um ofício em 19/12/2025); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 9/1/2026 e dois ofícios em 6/2/2026); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (um ofício em 9/1/2026); da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (um ofício em 9/1/2026); e do Comitê Gestor Pró-Brumadinho (105 ofícios em 2/4/2026). Comunica também o recebimento de ofício do Tribunal de Justiça prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 18.563/2025. Foram aprovados os temas a serem enfatizados nas reuniões do 1º Ciclo de Prestação de Contas do Governo do Estado de 2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 17.439, 17.506, 17.520, 17.523, 17.525, 17.555 e 17.848/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 20.948/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca das denúncias de graves violações de direitos humanos no sistema prisional do Sul do Estado, especialmente nos Municípios de Alfenas, Três Corações, Formiga e Botelhos, prestando-se os esclarecimentos que menciona;

nº 20.949/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca das denúncias de graves violações de direitos humanos no sistema prisional do Sul do Estado, especialmente nos Municípios de Alfenas, Três Corações, Formiga e Botelhos, prestando-se os esclarecimentos que menciona;

nº 20.950/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca das denúncias de graves violações de direitos humanos no sistema prisional do Sul do Estado, especialmente nos Municípios de Alfenas, Três Corações, Formiga e Botelhos, prestando-se os esclarecimentos que menciona;

nº 20.951/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os casos de violência institucional no sistema prisional do Estado, com os esclarecimentos que especifica;

nº 20.952/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a saúde e assistência dos apenados, com os detalhamentos que menciona;

nº 20.953/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca das denúncias de graves violações de direitos humanos no sistema prisional do Sul de Minas Gerais, especialmente nos Municípios de Alfenas, Três Corações, Formiga e Botelhos, com os esclarecimentos que especifica;

nº 20.954/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca das denúncias de graves violações de direitos humanos no sistema prisional do Sul do Estado, especialmente nos Municípios de Alfenas, Três Corações, Formiga e Botelhos, com os esclarecimentos que especifica;

nº 21.008/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para que a Associação dos Bairros de Teófilo Otoni apresente os resultados do projeto Pedagogia da Cidadania e para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a entidade pelos 45 anos de sua fundação;

nº 21.085/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas pedido de providências para imprimir maior celeridade ao Processo nº 1.024.572, em tramitação nesse tribunal, que apura possível pagamento irregular de debêntures pela PBH Ativos S.A.;

nº 21.086/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao advogado-geral do Estado e à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações, consubstanciadas em notas técnicas e pareceres, acerca do entendimento jurídico que fundamentou a renovação de contrato da companhia com o Município de Belo Horizonte sem a realização de procedimento licitatório;

nº 21.087/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral do Município em Belo Horizonte pedido de informações, consubstanciadas nos documentos que menciona, sobre o entendimento jurídico que fundamentou a renovação de contrato da Companhia de Saneamento de Minas Gerais com o Município de Belo Horizonte, com a consequente prorrogação de sua vigência até 2073, sem a realização de procedimento licitatório;

nº 21.178/2026, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à Embaixada de Israel e ao Consulado-Geral de Israel pelas condições desumanas de detenção impostas ao cidadão brasileiro e ativista Thiago Ávila e pelas graves violações de direitos humanos e ameaças à soberania nacional praticadas por agentes do Estado israelense;

nº 21.179/2026, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de apoio a Lara Souza e sua filha Teresa pela grave situação de ameaça e vulnerabilidade psicológica a que vêm sendo submetidas em razão da detenção do ativista Thiago Ávila por forças israelenses;

nº 21.180/2026, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de apoio aos quatro integrantes da delegação brasileira, participantes da missão humanitária não violenta da Global Sumud Flotilla, sequestrados em águas internacionais, nas proximidades da Ilha de Creta, enquanto navegavam em direção à Faixa de Gaza, em um ataque violento e injustificável das forças militares de Israel;

nº 21.222/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ameaça de despejo de cerca de cem famílias da Ocupação Vila Maria, situada no Bairro Betânia, no Município de Belo Horizonte, bem como os impactos sociais da medida e a necessidade de construção de soluções que assegurem o direito à moradia digna para as referidas famílias;

nº 21.224/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça Única de Alpinópolis e à Polícia Civil em Alpinópolis pedido de providências para a apuração de prática de injúria racial e violência política de gênero contra vereadora desse município, diante de relatos de reiteradas ofensas de cunho racial divulgadas em redes sociais, e para a adoção das medidas que menciona;

nº 21.226/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre a existência de estudos prévios que atestem a necessidade de economia na prestação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu; sobre o procedimento que teria sido empregado para se discutir a necessidade dos cortes de orçamento que reduziram o número de técnicos ou auxiliares de enfermagem na composição das unidades de suporte básico; e sobre a possibilidade de realocação de recursos previstos para outras áreas e setores a fim de se priorizar a qualidade dos serviços prestados pelas equipes do Samu;

nº 21.227/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que seja realizada a mudança da Portaria MS-GM nº 2.048, de 5/11/2002, que regulamenta os sistemas estaduais de urgência e emergência, redefinindo as unidades de suporte básico para que se exija ao menos a participação de dois técnicos ou auxiliares de enfermagem em cada uma das equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência;

nº 21.228/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que seja reavaliada a dispensa dos profissionais de saúde das unidades de suporte básico e sejam recontratados os profissionais afetados pela decisão de redução das equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência;

nº 21.229/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre o tempo médio dos atendimentos prestados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu – nos últimos cinco anos e sobre o impacto da redução do número de servidores nas equipes do Samu desde a implementação dessa decisão;

nº 21.265/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o risco de desapropriação e a intolerância religiosa institucional enfrentados pelo Ilê Asé Danladeji, situado no Município de Esmeraldas;

nº 21.490/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita à Fazenda das Pedras, no Bairro Barreiro do Amaral, em Santa Luzia, para fiscalizar a efetivação do direito à moradia das famílias que residem na localidade;

nº 21.491/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Santa Luzia pedido de providências para que realize reuniões prévias com a finalidade de informar aos moradores da Ocupação Vila Íris o propósito específico de qualquer cadastro de moradores ou famílias, bem como para que todo cadastramento desse tipo seja acompanhado pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público;

nº 21.492/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Santa Luzia, à Companhia de Saneamento de Minas Gerais e à Companhia Energética de Minas Gerais pedido de providências para que regularizem o acesso a água, a saneamento básico e a energia elétrica dos moradores da Ocupação Vila Íris, no referido município, ameaçados de despejo pela empresa VLI, que tem entre suas principais acionistas a Vale S.A.;

nº 21.493/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Santa Luzia pedido de providências para que todas as casas da Ocupação Vila Íris, em Santa Luzia, cujos moradores foram ameaçados de despejo

pela empresa VLI, que tem entre suas principais acionistas a Vale S.A., sejam incluídas no plano diretor como imóveis de relevante interesse social;

nº 21.494/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça e ao Juízo da 3ª Vara de Santa Luzia pedido de providências para que remeta ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania o processo judicial relacionado à garantia do direito à moradia das famílias da Fazenda das Pedras, no Bairro Barreiro do Amaral, em Santa Luzia;

nº 21.495/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais, à Companhia de Saneamento de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Santa Luzia pedido de providências para que regularizem o acesso a água, a saneamento básico e a energia elétrica dos moradores da Fazenda das Pedras, no Bairro Barreiro do Amaral;

nº 21.496/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça e ao Juízo da 3ª Vara de Santa Luzia pedido de providências para que remetam ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania o processo judicial relacionado à garantia do direito à moradia das famílias da Ocupação Vila Íris, em Santa Luzia, ameaçadas de despejo pela empresa VLI, que tem entre suas principais acionistas a Vale S.A.;

nº 21.497/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer sejam encaminhadas à Defensoria Pública, ao Ministério Público, à Prefeitura Municipal de Santa Luzia e ao Tribunal de Justiça as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a garantia do direito à moradia das famílias da Ocupação Vila Íris, em Santa Luzia, ameaçadas de despejo pela empresa VLI, que tem entre suas principais acionistas a Vale S.A.;

nº 21.498/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita à Ocupação Vila Íris, no Município de Santa Luzia, para fiscalizar a efetivação do direito à moradia das famílias dessa ocupação, ameaçadas de despejo pela empresa VLI, que tem entre suas principais acionistas a Vale S.A.;

nº 21.499/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao secretário municipal de Saúde de Santa Luzia pedido de informações sobre o quantitativo de moradores da Ocupação Vila Íris que são atendidos pelas unidades públicas de saúde desse município e que são ameaçados de despejo pela empresa VLI, que tem entre suas principais acionistas a Vale S.A.;

nº 21.516/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Contagem, para debater a implementação, os desafios e as perspectivas do Plano Nacional Juventude Negra Viva, especialmente no que se refere ao enfrentamento da violência letal contra a juventude negra, à promoção da igualdade racial e à garantia de direitos fundamentais;

nº 21.517/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulado voto de congratulações com Rick Azevedo por sua trajetória política e sua destacada atuação em defesa dos direitos humanos, da diversidade e da justiça social no País;

nº 21.518/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para a entrega do diploma referente ao voto de congratulações com Rick Azevedo por sua trajetória política e sua destacada atuação em defesa dos direitos humanos, da diversidade e da justiça social no País;

nº 21.527/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação de Pessoas com Doença Falciforme de Minas Gerais pela relevante atuação na defesa dos direitos humanos;

nº 21.528/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria Zenó Soares da Silva por sua destacada atuação como presidenta da Dreminas, instituição de relevante atuação na defesa dos direitos humanos;

nº 21.529/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com a Associação de Pessoas com Doença Falciforme e com Maria Zenó Soares da Silva, em

reconhecimento à sua relevante atuação na defesa dos direitos humanos, pautada na solidariedade, no combate ao racismo e à discriminação e no cuidado e na integração das pessoas com doença falciforme;

nº 21.534/2026, da deputada Bella Gonçalves e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para elaboração de protocolos específicos de assistência à saúde em casos de contaminação por minerais como ouro, nióbio, urânio e outros extraídos de terras-raras;

nº 21.535/2026, da deputada Bella Gonçalves e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Mariana e à Prefeitura Municipal de Ouro Preto pedido de providências para inclusão de representante da comunidade do Distrito de Gesteira nos conselhos de saúde desses municípios para garantir a participação da comunidade nas decisões dessa área, bem como para garantia do respeito aos modos e costumes das populações tradicionais dessas regiões;

nº 21.536/2026, da deputada Bella Gonçalves e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que haja a produção contínua e sistemática de dados relativos à saúde sobre a população dos municípios atingidos pela atividade minerária no Estado, de acordo com o Protocolo de Assistência à Saúde aos Casos de Exposição a Substâncias Químicas Decorrentes da Atividade Minerária no Âmbito do Sistema Único de Saúde;

nº 21.537/2026, da deputada Bella Gonçalves e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para realizar curso destinado aos profissionais de saúde e de gestão com o objetivo de desenvolver uma linha de cuidado para os atingidos pela atividade minerária no Estado;

nº 21.538/2026, da deputada Bella Gonçalves e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem sejam encaminhadas ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público as notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater as perspectivas de efetivação dos direitos humanos por meio do Protocolo de Assistência à Saúde aos Casos de Exposição a Substâncias Químicas Decorrentes da Atividade Minerária no Âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais, elaborado pela Secretaria de Estado de Saúde;

nº 21.539/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para encaminhar aos conselhos municipais de saúde do Estado o Protocolo de Assistência à Saúde aos Casos de Exposição a Substâncias Químicas Decorrentes da Atividade Minerária no Âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais, para conhecimento e ampla divulgação;

nº 21.540/2026, da deputada Bella Gonçalves e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, ao Ministério Público Federal em Belo Horizonte, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Tribunal de Justiça pedido de providências para realização de estudos técnico-científicos e perícia ambiental com vistas a analisar a água, o solo e os impactos do crime ambiental cometido pela Vale S.A. em Brumadinho sobre a saúde humana e a segurança alimentar na calha do Rio São Francisco e no lago da Represa de Três Maria;

nº 21.561/2026, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de atendimento e as violações de direitos básicos dos pacientes com insuficiência renal crônica atendidos na Unidade Venda Nova do Hospital Evangélico, em Belo Horizonte;

nº 21.604/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido informações sobre o andamento das investigações referentes ao assassinato do trabalhador rural e liderança comunitária Magno Antônio de França, conhecido como “Bala”, executado em 9/3/2025, no Município de São Geraldo da Piedade, com os esclarecimentos que especifica;

nº 21.605/2026, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de São Geraldo da Piedade, para debater a escalada da violência no campo e a demora na apuração do assassinato do líder rural Magno Antônio de França, ocorrido no município;

nº 21.606/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para que acompanhe prioritariamente as investigações do assassinato de Magno Antônio de França, conhecido como “Bala”, adotando todas as medidas cabíveis para garantir a responsabilização dos autores materiais e intelectuais do crime; e para que inclua o caso em programas especiais de monitoramento de violência contra defensores de direitos humanos e lideranças sociais, considerando os indícios de execução relacionada à atuação política e comunitária da vítima;

nº 21.607/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para que adote medidas emergenciais de proteção às lideranças comunitárias e trabalhadores rurais do Município de São Geraldo da Piedade e região, bem como aos familiares de Magno Antônio de França, conhecido como “Bala”, trabalhador rural e líder comunitário executado em 9/3/2025, no referido município;

nº 21.618/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a grave situação de insegurança habitacional e risco de despejo enfrentada pelas famílias atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão;

nº 21.704/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências para que comunique, com antecedência razoável, à comissão qualquer cumprimento de decisões judiciais relacionadas ao direito à moradia nas ocupações situadas no Município de Santa Luzia;

nº 21.705/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao diretor do Instituto Infantil Seara de Luz, em Santa Luzia, e ao diretor da Escola Municipal Santa Luzia pedido de informações sobre o quantitativo de crianças matriculadas na unidade que residem na Ocupação Vila Íris, localizada nesse município;

nº 21.706/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado aos diretores das Escolas Estaduais Senador Bernardo Monteiro, Altair de Almeida Viana e Geraldo Teixeira da Costa, todas em Santa Luzia, pedido de informações sobre o quantitativo de crianças matriculadas nessas unidades escolares que residem na Ocupação Vila Íris, no referido município;

nº 21.719/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com lideranças e agentes sociais que se destacaram na promoção da inclusão social, da dignidade, do cuidado e da valorização dos direitos humanos da pessoa idosa, especialmente por meio de iniciativas voltadas ao envelhecimento digno;

nº 21.720/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulado voto de congratulações com as pessoas que menciona pela relevante atuação na promoção da inclusão social, da dignidade, do cuidado, da valorização e dos direitos humanos da pessoa idosa, especialmente por meio de iniciativas voltadas ao envelhecimento digno;

nº 21.721/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público em Serro, à Prefeitura Municipal de Serro, à Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais em Serro, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e à Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais pedido de providências para apuração de graves denúncias dos fatos que menciona, ocorridos na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – do Município de Serro;

nº 21.722/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação das cerca de 60 famílias da comunidade de Porto Novo, no Município de Três Marias, notificadas pela Companhia Energética de Minas Gerais para desocupação de suas moradias no prazo de 30 dias;

nº 21.723/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Belo Horizonte, para debater os impactos da escala de trabalho 6x1 sobre a saúde física e mental da classe trabalhadora e para entregar o diploma referente ao voto de congratulações com a deputada federal Erika Hilton, em reconhecimento à sua atuação na defesa dos direitos humanos e da justiça social;

nº 21.724/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura e às Secretarias Municipais de Desenvolvimento Sustentável e de Infraestrutura e Limpeza Urbana de Manhuaçu e ao Ministério Público nesse município pedido de providências para que sejam asseguradas a permanência, a participação prioritária e as condições adequadas de funcionamento da Associação de Catadores e Recicladores de Materiais Recicláveis do Município de Manhuaçu na gestão da coleta seletiva municipal e na utilização do galpão atualmente destinado às atividades de triagem de materiais recicláveis;

nº 21.725/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e à Direção do Complexo Penitenciário Nelson Hungria pedido de providências para apuração das denúncias apresentadas por pessoas privadas de liberdade custodiadas no Pavilhão 4 da referida unidade prisional, especialmente no que se refere às violações de direitos que menciona;

nº 21.726/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ouro Preto, ao Ministério Público em Ouro Preto e à Defensoria Pública em Ouro Preto pedido de providências para mediação do conflito envolvendo a Associação Atlética Aluminas e a Novelis, com vistas à construção de solução consensual que assegure a continuidade das atividades sociais, esportivas, culturais e comunitárias desenvolvidas pela associação; e para adoção, pela referida prefeitura, de medidas voltadas à preservação das atividades exercidas pela entidade, com a realização das tratativas e das medidas administrativas que especifica;

nº 21.727/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita à Ocupação Terra Mãe, no Município de Betim, para verificar as condições de moradia e infraestrutura do território e apurar as situações de vulnerabilidade social, o risco de violações de direitos e as demandas relacionadas ao acesso a serviços públicos essenciais pelas famílias residentes na comunidade;

nº 21.728/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de São Paulo pedido de providências para que acompanhe e adote as medidas cabíveis em relação à investigação do feminicídio ocorrido no Município de Barrinha (SP), considerando os indícios de premeditação do crime apontados por familiares da vítima e por novas imagens reunidas no curso da apuração;

nº 21.729/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde em Ouro Preto e à Promotoria de Defesa da Saúde em Ouro Preto pedido de providências para apuração de denúncias de não administração de medicamento antiviral indicado para tratamento de influenza em paciente hospitalizado na Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto;

nº 21.732/2026, do deputado Leleco Pimentel e outros, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a regularização fundiária do território situado no Parque Estadual do Rio Corrente, a adoção de medidas efetivas para a resolução dos conflitos fundiários nessa região e o reconhecimento do direito de uso, de ocupação tradicional e de reprodução sociocultural da comunidade indígena Gerú Tucunã Pataxó no interior da unidade de conservação e do Acampamento Esperança;

nº 21.745/2026, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao vereador Sandro Heleno pelas ameaças proferidas da tribuna da Câmara Municipal de Barbacena a Denise Assis Weimar, liderança comunitária nessa cidade;

nº 21.746/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público em Barbacena pedido de providências para apurar e investigar atos de violência política de gênero praticados pelo vereador Sandro Heleno, bem como as ameaças proferidas por ele, em sessão ordinária realizada em 21/5/2026 na Câmara Municipal de Barbacena, contra Denise Assis Weimar, liderança comunitária da cidade dessa cidade;

nº 21.755/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer sejam informados ao secretário de Estado de Desenvolvimento Social os temas que menciona, definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/5/2025 a 30/4/2026;

nº 21.784/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater os despejos e as notificações de desocupação promovidos pela Companhia Energética de Minas Gerais, que ameaçam o direito humano à moradia, especialmente em áreas localizadas no Município de Contagem e no entorno da Represa de Três Marias;

nº 21.785/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Belo Horizonte, ao secretário municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Belo Horizonte e à diretora de Políticas para a População em Situação de Rua, Migrantes e Refugiados dessa secretaria pedido de informações sobre o atendimento de imigrantes e refugiados venezuelanos no referido município, com as especificações que menciona;

nº 21.786/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários e ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo pedido de providências para acompanhamento e adoção das medidas cabíveis no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 1091624 000001/2025, destinada à contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de relatórios técnicos de identificação e delimitação territorial de comunidades quilombolas e tradicionais do Estado;

nº 21.787/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos imigrantes e refugiados venezuelanos no Estado, com especial enfoque nas políticas de acolhimento, interiorização, integração social, acesso a direitos fundamentais e enfrentamento das situações de vulnerabilidade social, discriminação e violações de direitos humanos enfrentadas por essa população em Minas Gerais;

nº 21.790/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para garantir ampla publicidade e transparência aos atos praticados no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 1091624 000001/2025, destinada à elaboração de relatórios técnicos de identificação e delimitação territorial de comunidades quilombolas e tradicionais do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca as próximas reuniões extraordinárias do dia 26/5/2026, às 16 horas, e do dia 27/5/2026, às 10 horas e 10h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Belo Horizonte, 2 de junho de 2026.

Lucas Lasmar, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/6/2026, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 4.660/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os programas e projetos de economia popular solidária realizados nos últimos quatro anos, com a especificação dos recursos aplicados; e sejam essas informações também encaminhadas à secretaria-executiva do Fórum Mineiro de Economia Solidária. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 4.670/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o montante de recursos financeiros destinados às instituições de ensino superior do Estado, de 2019 a 2022, para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao combate e à erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 7.027/2024, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o quantitativo de barragens no Estado que estão em conformidade com a Resolução ANM nº 95, de 2022, com a discriminação da projeção da capacidade máxima para o recebimento de águas de chuvas, em milímetros por hora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 8.745/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o quantitativo de crianças e adolescentes órfãos integrantes do sistema estadual de ensino; sobre a existência de estudos de impacto da situação de orfandade no processo de escolarização desses alunos no Estado; e sobre iniciativas desenvolvidas pela secretaria de que é titular para o suporte a esses estudantes e suas famílias. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.175/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os conselhos municipais do idoso, esclarecendo-se qual é o número de municípios no Estado que já instituíram esse conselho e quais deles possuem fundo municipal do idoso. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.176/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o volume de recursos oriundos de emendas parlamentares estaduais destinados, nos últimos cinco anos, às instituições de longa permanência para idosos, detalhando-se os valores destinados por transferências especiais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.178/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de instituições de longa permanência para idosos em funcionamento no Estado e o número de pessoas idosas atendidas nessas instituições, categorizadas por gênero. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.180/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a quantidade de associações de pais e amigos dos excepcionais no Estado que são habilitadas como serviço de saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.685/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as pilhas de resíduos e rejeitos Fraile, na Mina Casa de Pedra, em Congonhas; sobre as pilhas de resíduos e rejeitos das Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, no Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), em Nova Lima; e sobre as pilhas de resíduos e rejeitos da Mina Apolo, situada entre os Municípios de Caeté e Santa Bárbara, na Serra do Gandarela, com os esclarecimentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.241/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o investimento destinado ao fomento da prática do *breaking*, ou *breakdance*, no Estado, e o número de atletas mineiros que participaram, ou buscaram participar e não conseguiram, das Olimpíadas de 2024, em Paris, que inauguraram essa modalidade olímpica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.282/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado aos coordenadores do Comitê de Compromitentes do Acordo Judicial de Reparação de Brumadinho pedido de informações sobre o referido acordo, com os esclarecimentos que especifica, relativos aos fundamentos de cláusulas, aos critérios de seleção e priorização de projetos, às comunidades consultadas, à divulgação pública, à execução das obras e à distribuição territorial dos investimentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 12.036/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações de pós-resgate executadas em decorrência do resgate de oito trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão, ocorrido em maio de 2025, durante operação realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em uma fazenda de eucaliptos e carvoaria localizada no Município de São Gonçalo do Rio Preto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.337/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações consubstanciadas em documento que detalhe os recursos investidos pelo Estado, em seus vários órgãos e programas, visando à educação para o trânsito. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.669/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas no parecer técnico emitido pela secretaria de que é titular a respeito da estrutura da Escola Estadual Francisco Fernandes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.386/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de informações consubstanciadas na análise do Projeto de Lei nº 2.080/2024, que cria o Monumento Natural da Serra do Lenheiro, apresentada por Luis Gustavo Molinari Mundim, representante do Iepha-MG, durante audiência pública da comissão em 10/7/2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.387/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações consubstanciadas na nota técnica elaborada pelo IEF na análise do Projeto de Lei nº 2.080/2024, que cria o Monumento Natural da Serra do Lenheiro. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.395/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas pedido de informações consubstanciadas na análise técnica do Projeto de Lei nº

3.402/2025, em especial quanto aos aspectos concernentes aos potenciais impactos ambientais que os minerodutos podem provocar na região a que se refere a proposição. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.467/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral e ao corregedor-geral da Polícia Militar pedido de informações consubstanciadas em documento em que conste o número de petições com pedidos de arquivamento de inquérito policial militar feitos pela Corregedoria-Geral da Polícia Militar à Justiça Militar, no período de 24/8/2023 a 24/8/2025, destacando-se as petições em questão que envolvam praça ou oficial. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 13.966/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o montante disponível, para a pasta de que é titular, dos recursos da Lei Aldir Blanc destinados à consecução dos objetivos previstos no inciso II do parágrafo único do art. 5º da Lei Federal nº 14.399, de 2022, e sobre o percentual desse montante já executado pela referida pasta. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.199/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a situação do concurso público regido pelo Edital Seplag-IMA nº 1/2023, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.235/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre o quantitativo de servidores previsto em regulamento e o efetivo atualmente existente nas delegacias distritais, nas delegacias especializadas de atendimento à mulher, nas delegacias especializadas de repressão a crimes rurais e no plantão digital das unidades policiais, bem como sobre o quantitativo de servidores civis *ad hoc* em atuação nas delegacias do Estado, detalhado por município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 14.250/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o número de alunos com deficiência, em especial com transtorno do espectro autista – TEA –, matriculados na rede estadual de ensino nos últimos cinco anos; as medidas de fiscalização e acompanhamento que a secretaria de que é titular tem adotado em relação às escolas particulares que recusam matrícula a estudantes com deficiência; e os programas, as políticas ou os protocolos de apoio à inclusão escolar de crianças com TEA. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.252/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre os casos de negativas de matrículas ou dificuldades de acesso à educação, nos últimos cinco anos, enfrentadas por crianças com transtorno do espectro autista em escolas públicas e privadas do Estado, com os esclarecimentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.254/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao presidente do Conselho Estadual de Educação pedido de informações sobre as questões que especifica, relativas à garantia do acesso e da permanência de crianças com transtorno do espectro autista na educação básica no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.625/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a existência de campanhas educativas, em andamento ou programadas, destinadas à conscientização da população idosa quanto a práticas de segurança para evitar golpes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.629/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a rede de atendimento psicológico disponível para idosos no Estado e o número de profissionais especializados em gerontologia e saúde mental do idoso no Sistema Único de Saúde em âmbito estadual. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 14.631/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o número de ocorrências registradas, nos últimos cinco anos, relativas a fraudes, golpes financeiros e crimes de estelionato cujas vítimas foram pessoas idosas, bem como sobre as medidas específicas adotadas para prevenção, investigação e repressão desses crimes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 15.169/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre as políticas de preservação do patrimônio histórico e os mecanismos de fomento e incentivo utilizados com vistas à sustentabilidade dos museus que o Poder Executivo pretende apresentar à sociedade mineira, principalmente em relação ao Museu da Escola Professora Ana Maria Casasanta Peixoto, com os esclarecimentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 15.995/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais pedido de informações sobre a situação de ausência de iluminação pública no trecho da Rodovia MG-050 no Município de Divinópolis e sobre as razões da paralisação das obras na mesma rodovia, no Município de Formiga, com a apresentação dos planos para a solução dos referidos problemas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 16.230/2026, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os serviços de neurocirurgia em funcionamento no Sistema Único de Saúde no Estado, com os detalhamentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 16.261/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os impactos socioambientais e as causas dos rompimentos recentemente ocorridos em estruturas de empreendimentos da Vale S.A. e da CSN Mineração, bem como sobre a conformidade das estruturas desses empreendimentos com as normas ambientais e minerárias e com termo de ajustamento de conduta. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 16.443/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca de denúncia de possível rompimento de *sump* ou estrutura similar da mineradora Gerdau, ocorrido em 5/2/2026, na Mina de Miguel Burnier, em Ouro Preto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 16.485/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça pedido de informações sobre o cumprimento de decisões judiciais que impuseram medidas à empresa Vale S.A. em razão de extravasamentos de água e sedimentos ocorridos nas Minas de Viga e de Fábrica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 16.794/2026, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o plano de trabalho e o cronograma de execução para a elaboração do diagnóstico

dos conselhos municipais de educação, que integra iniciativa informada em resposta ao Requerimento nº 11.437/2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 16.796/2026, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação no período de 2019 a 2024, com os esclarecimentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 17.335/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente, ao coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo e ao coordenador-adjunto da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil pedido de informações sobre o funcionamento e a finalidade da Cava 18 da Mina de Fábrica da empresa Vale S.A., com os esclarecimentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 17.524/2026, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre as respostas relativas ao conjunto de protocolos solicitados à companhia que tratam das melhorias no fornecimento de energia elétrica no Estado, no âmbito do programa Luz para Todos, com os esclarecimentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 17.825/2026, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre a previsão de conclusão das obras da subestação de energia elétrica que atenderá os Municípios de Varzelândia, São João da Ponte, Nova Porteirinha, Porteirinha, Novo Cruzeiro, Carai, Espinosa, Janaúba e Januária. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 3/6/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 3/6/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 546/2023, da deputada Nayara Rocha; e 4.751/2025, do deputado Enes Cândido.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.883/2025, do deputado Enes Cândido.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 18.049 e 18.095/2026, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 3/6/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H20MIN DO DIA 3/6/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.330/2025, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 17.955/2026, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; 17.921, 17.922, 18.009 a 18.014, 18.025, 18.026, 18.030, 18.055 a 18.060, 18.067, 18.073 e 18.089/2026, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 3/6/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 13H30MIN DO DIA 3/6/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/6/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 3/6/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 3/6/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 3/6/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 3/6/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Alê Portela, Ione Pinheiro e Macaé Evaristo e o deputado Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/6/2026, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os problemas relacionados ao cumprimento da jornada de trabalho dos profissionais que atuam no atendimento educacional especializado em sala de recursos da rede estadual e os impactos da ausência de normatização na vida funcional desses servidores.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/6/2026, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 4.330/2025, do deputado Sargento Rodrigues, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 17.955/2026, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, e 17.921, 17.922, 18.009 a 18.014, 18.025, 18.026, 18.030, 18.055 a 18.060, 18.067, 18.073 e 18.089/2026, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2026.

Sargento Rodrigues, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.248/2026****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado Mário Henrique Caixa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o LaPlata Esporte Clube, com sede no Município de Lagoa da Prata.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude. A primeira comissão examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com o Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública o Laprata Esporte Clube, com sede no Município de Lagoa da Prata, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prática e a difusão do desporto.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. A comissão apresentou, contudo, o Substitutivo nº 1, com o objetivo de adequar o nome da entidade à denominação constante no art. 1º de seu estatuto constitutivo.

Quanto ao mérito, verifica-se, de acordo com o referido estatuto, que a entidade tem entre seus objetivos a promoção de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas, bem como o desenvolvimento de ações de relevância pública e social, com ênfase no esporte especializado.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Laprata Esporte Clube, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.248/2026, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2026.

Coronel Henrique, relator.



COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

– O presidente despachou, em 2/6/2026, as seguintes comunicações:

Do deputado Leandro Genaro em que notifica sua licença para tratar da saúde no período de 1º a 15/6/2026.

Do deputado Cristiano Silveira e outros em que notificam a constituição da Frente Parlamentar pela Valorização da Psicologia e a indicação do deputado Cristiano Silveira como seu responsável.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 2/6/2026, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Ofício nº 11/2026/GPI, do Sr. Dalton Cardillo Macedo, gerente-geral de Participação e Interlocução Social desta Casa, encaminhando relatório da consulta pública sobre o Projeto de Lei nº 2.818/2024, realizada no período de 23/4 a 25/5/2026. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.818/2024. Cópia à Comissão de Constituição e Justiça.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.942/2025, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.942/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.155/2026, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 5.155/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.174/2026, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 5.174/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.258/2026, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 5.258/2026.)

Ofício nº 140, da Prefeitura Municipal de Candeias, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.394/2026, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 5.394/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.950/2025, da deputada Maria Clara Marra. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.950/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.376/2026, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.376/2026.)

Ofício nº 10.199/2026, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.486/2026, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.486/2026.)

Ofício SEI nº 38.860/2026/MTE, do Ministério do Trabalho e Emprego, prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.606/2026, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.606/2026.)

Ofício nº 103, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.039/2026, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.039/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.426/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.426/2026.)

Ofício da Companhia de Saneamento de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.492/2026, da Comissão de Desenvolvimento Econômico. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.492/2026.)

Ofício da Companhia de Saneamento de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.535/2026, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.535/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.605/2026, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.605/2026.)

Ofício/PRT 3/Belo Horizonte nº 152.737/2026, do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.839/2026, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.839/2026.)

Ofício nº 5.107/2026 – Segov/Demandas, da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 16.779/2025, da deputada Bella Gonçalves. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Ofício nº 2.766/2026 – Segov/Demandas, da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 19.109/2025, do deputado Leleco Pimentel. (– À CIPE Rio Doce.)

MENSAGEM POR CORREIO ELETRÔNICO

Mensagem por correio eletrônico da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.100/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.100/2025.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sgt. BM Fábio Gleice Nogueira do Nascimento, a Sd. BM Gabriela Silvestre Souza Rocha e o Sd. BM Arthur Carvalho Ribeiro pelo salvamento de um recém-nascido em situação de obstrução de vias aéreas por corpo estranho, em 25/4/2026, no Município de Ituiutaba (Requerimento nº 17.706/2026, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os bombeiros militares que menciona, do Posto Avançado do Corpo de Bombeiros Militar de Machado, pela implantação do Torneio Operacional Estudantil Rei dos Games, voltado à integração entre escolas e à promoção de valores como disciplina, trabalho em equipe e formação cidadã (Requerimento nº 17.707/2026, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o 3º-Sgt. PM Carlos Eduardo Justino Reis e o 3º-Sgt. PM João Crysostemos Stein Netpoliciais pela participação na operação formalizada no Reds nº 2026-019966500-001, realizada em 2/5/2026, no Município de Aimorés, que resultou na apreensão de expressiva quantidade de drogas e de veículo utilizado na prática criminosa, bem como na prisão em flagrante do autor da ação delituosa (Requerimento nº 17.709/2026, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que menciona, pela atuação na Operação Imperium, realizada em 30/4/2026, no Município de Belo Horizonte, que resultou no cumprimento de mandados, apreensões e prisão em flagrante (Requerimento nº 17.710/2026, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Minas Gerais pelos 60 anos de sua fundação (Requerimento nº 17.744/2026, da deputada Ana Paula Siqueira).



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários os titulares dos órgãos e das entidades da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 17.167/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 25/3/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de providências para concessão da operação da balsa entre os Municípios de Santa Fé de Minas e Buritizeiro e para adoção de medidas estruturantes que assegurem solução duradoura para o serviço.

Sala das Reuniões, 26 de março de 2026.

Ricardo Campos (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.

Justificação: A medida proposta visa garantir maior eficiência, segurança e qualidade no atendimento à população usuária do serviço prestado com a operação da balsa. A travessia é essencial para o deslocamento de pessoas e escoamento da produção regional.

REQUERIMENTO Nº 17.379/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 8/4/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno,

seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para redução ou retirada da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços incidente sobre combustíveis e fiscalização dos postos de combustíveis em todo o Estado para coibir práticas abusivas na formação de preços ao consumidor.

Sala das Reuniões, 8 de abril de 2026.

Betão (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Justificação: Em 12 de março de 2026, o governo federal anunciou medidas emergenciais para reduzir os efeitos da alta internacional do petróleo sobre o preço do óleo diesel, entre as quais a redução a zero das alíquotas de PIS/Cofins e a concessão de subvenção econômica a produtores e importadores, com potencial de reduzir em até R\$0,64 o preço do litro do combustível.

O preço do diesel repercute diretamente no custo do transporte de mercadorias e, por consequência, no valor dos alimentos, dos insumos agrícolas e de outros produtos essenciais, o que confere à matéria inequívoca relevância social e econômica.

As medidas federais foram adotadas em razão da instabilidade no mercado internacional de petróleo, agravada por tensões geopolíticas no Oriente Médio, com reflexos imediatos sobre os combustíveis. Nesse cenário, mostra-se oportuno que o Estado avalie providências complementares, especialmente no campo tributário e da defesa do consumidor.

Além disso, é necessário reforçar a fiscalização dos postos de combustíveis, a fim de coibir aumentos abusivos e assegurar que eventuais reduções de custos sejam efetivamente repassadas ao consumidor final. Também se revela pertinente a adoção de medidas de transparência na formação dos preços dos combustíveis no Estado.

Diante disso, justifica-se a apresentação deste requerimento para solicitar ao governo do Estado a avaliação de redução ou suspensão temporária da cobrança do ICMS sobre o diesel, a intensificação da fiscalização dos postos de combustíveis e a adoção de mecanismos de transparência na formação de preços.

REQUERIMENTO Nº 17.557/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “e”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao prefeito de Ribeirão das Neves pedido de informações consubstanciadas em cronograma atualizado da construção do Espaço Esportivo Comunitário, eixo Infraestrutura Social e Inclusiva, no referido município, referente ao Termo de Compromisso nº 967947/2024, firmado entre o Ministério do Esporte e Ribeirão das Neves.

Sala das Reuniões, 27 de abril de 2026.

Andréia de Jesus (PT), vice-presidenta da Comissão de Direitos Humanos, vice-presidenta da Comissão de Cultura e responsável da Frente Parlamentar de acompanhamento de convênios e parcerias celebrados pelo estado de Minas Gerais.

Justificação: Este requerimento fundamenta-se na necessidade de garantir transparência e acompanhamento das metas estabelecidas no Novo PAC, especialmente no eixo Infraestrutura Social e Inclusiva. A construção do Espaço Esportivo Comunitário em Ribeirão das Neves, objeto do Termo de Compromisso nº 967947/2024 firmado com o Ministério do Esporte, constitui investimento relevante para a promoção da saúde, do lazer e da inclusão social no município. O acesso a cronograma atualizado é necessário para que esta Casa exerça sua função fiscalizadora e acompanhe o cumprimento dos prazos pactuados, bem como a adequada aplicação dos recursos públicos.

A relevância do projeto decorre do papel do esporte como instrumento de inclusão social e de promoção do bem-estar. A implantação de espaço destinado a atividades esportivas e de convivência atende a demanda por equipamentos públicos voltados ao fortalecimento da cidadania e à melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, a definição clara das etapas de execução,

desde os processos licitatórios até a conclusão da obra, é medida necessária para dar transparência à execução e atender às expectativas da comunidade.

Considerando a importância da parceria entre o Governo Federal e o Município, a disponibilização detalhada das fases da obra contribui para evitar discontinuidades na execução. O acompanhamento do andamento físico e financeiro permite identificar eventuais entraves e assegurar que o empreendimento seja concluído conforme o planejamento, de modo a garantir sua efetiva entrega à população de Ribeirão das Neves.

REQUERIMENTO Nº 17.558/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “e”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao prefeito de Ribeirão das Neves pedido de informações consubstanciadas em cronograma atualizado das seguintes obras e projetos no âmbito do Novo PAC, no eixo Saúde:

1) construção do Caps AD III, Proposta nº 1122.3770001/24-004, Portaria de Habilitação nº 3735, de 8/5/2024, no valor estimado de R\$2.496.000,00;

2) retomada da construção de Unidade Básica de Saúde Jardim Verona, Proposta nº 1122.3770001/13-001, Portaria de Habilitação nº 1380, de 9/7/2013;

3) retomada da construção de Unidade Básica de Saúde San Marino, Proposta nº 1122.3770001/13-002, Portaria de Habilitação nº 1380, de 9/7/2013;

4) retomada da construção da Unidade Básica de Saúde Fazenda Castro, Proposta nº 1122.3770001/13-003, Portaria de Habilitação nº 1380, de 9/7/2013;

5) retomada da construção da Unidade Básica de Saúde Tipo III Campos Silveira, Proposta nº 1122.3770001/13-004, Portaria de Habilitação nº 1380, de 9/7/2013;

6) retomada da construção da Unidade Básica de Saúde Jardim Colonial, Proposta nº 1122.3770001/13-006, Portaria de Habilitação nº 1380, de 9/7/2013; e

7) retomada da construção da ESF Florença, Proposta nº 1122.3770001/24-003, Portaria de Habilitação nº 4112, de 28/5/2024.

Sala das Reuniões, 27 de abril de 2026.

Andréia de Jesus (PT), vice-presidenta da Comissão de Direitos Humanos, vice-presidenta da Comissão de Cultura e responsável da Frente Parlamentar de acompanhamento de convênios e parcerias celebrados pelo estado de Minas Gerais.

Justificação: Este requerimento fundamenta-se na necessidade de garantir transparência e acompanhamento das ações do Novo PAC voltadas ao fortalecimento da rede pública de saúde no Município de Ribeirão das Neves. O pedido abrange a construção do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III e a retomada de unidades básicas de saúde e equipes da Estratégia de Saúde da Família, incluindo as unidades dos bairros Jardim Verona, San Marino, Fazenda Castro, Campos Silveira, Jardim Colonial e Florença. O acesso a cronogramas atualizados dessas obras é necessário para que esta Casa exerça sua função fiscalizadora e acompanhe a aplicação dos recursos habilitados por meio de portarias do Ministério da Saúde, assegurando sua efetiva conversão em serviços à população.

A relevância do pedido é reforçada pelo fato de que parte dessas intervenções decorre de propostas iniciadas em 2013, evidenciando a longa espera pela conclusão de equipamentos públicos essenciais. A retomada dessas obras, no âmbito do Novo PAC, representa oportunidade para reduzir lacunas assistenciais e ampliar o acesso à atenção primária e à saúde mental. Nesse contexto, a

definição clara de prazos para licitação, execução e entrega constitui medida necessária para dar resposta às comunidades afetadas pela sobrecarga dos serviços existentes e pela paralisação de projetos estruturantes.

Considerando a complexidade técnica e administrativa envolvida na reativação dessas obras e na implantação de novos serviços, a disponibilização dessas informações permite identificar eventuais entraves e contribuir para sua superação. A transparência quanto ao andamento físico e financeiro dos projetos é necessária para evitar novas paralisações, resguardar o interesse público e assegurar a adequada prestação dos serviços de saúde. Assim, a apresentação de cronogramas detalhados é fundamental para que o município avance na consolidação de uma rede de saúde capaz de atender às necessidades da população.

REQUERIMENTO Nº 17.572/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – pedido de providências para que sejam adotadas todas as medidas necessárias à manutenção da estrutura operacional plena do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu-BH. Requer-se, com urgência, que o Poder Executivo assegure o quantitativo adequado de profissionais de enfermagem e de unidades de suporte em operação, garantindo que as recentes reestruturações administrativas não comprometam a agilidade do socorro, a qualidade técnica da assistência e a segurança dos pacientes, preservando o Samu como serviço essencial e ininterrupto de proteção à vida na capital.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2026.

Ana Paula Siqueira (PT), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

REQUERIMENTO Nº 17.631/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As deputadas e os deputados que este subscrevem requerem a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Senado Federal em Brasília pedido de providências para a célere tramitação e votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2021 que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2026.

Leninha (PT), 1ª-vice-presidente – Adalclever Lopes (PV) – Ana Paula Siqueira (PT) – Andréia de Jesus (PT) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bella Gonçalves (PT) – Betão (PT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Cristiano Silveira (PT) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Gil Pereira (PSD) – Leleco Pimentel (PT) – Lohanna (PV) – Lucas Lasmar (Rede) – Luizinho (PT) – Macaé Evaristo (PT) – Mário Henrique Caixa (PV) – Marquinho Lemos (PT) – Professor Cleiton (PV) – Rafael Martins (PSD) – Ricardo Campos (PT) – Ulysses Gomes (PT).

Justificação: A Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2021 altera o artigo 198 da Constituição Federal para instituir o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS – e dos Agentes de Combate às Endemias – ACE. Trata-se de uma iniciativa fundamental para assegurar a esses profissionais, que atuam diretamente na linha de frente do Sistema Único de Saúde (SUS), condições dignas de trabalho e reconhecimento compatível com a relevância de suas funções.

A proposta garante aposentadoria especial e exclusiva, reconhecendo a natureza desgastante e essencial das atividades desempenhadas pelos agentes. Além disso, assegura segurança jurídica quanto à regularidade do vínculo empregatício junto aos gestores locais do SUS, evitando incertezas que historicamente marcaram a trajetória desses trabalhadores. Outro ponto central é a

dignidade previdenciária, que permitirá que os agentes contem com proteção adequada ao final de suas carreiras, após anos de dedicação à saúde preventiva e ao combate às endemias em comunidades de todo o país.

A aprovação da PEC 14/2021 pelo Senado Federal, após já ter sido aprovada pela Câmara dos Deputados, representa um marco histórico de justiça social para cerca de 400 mil trabalhadores brasileiros. Esses profissionais são indispensáveis para o fortalecimento da atenção básica, para a promoção da saúde e para o enfrentamento de doenças que afetam diretamente a população, especialmente em regiões mais vulneráveis.

Diante da relevância da pauta para a saúde pública mineira e nacional, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para reforçar, junto ao Congresso Nacional, a urgência na votação da proposta. Sua aprovação significará não apenas o reconhecimento da importância dos ACS e ACE, mas também um avanço concreto na valorização de quem dedica sua vida à proteção da saúde da população brasileira.

REQUERIMENTO Nº 17.691/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 29/4/2026, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para adoção de medidas urgentes visando à regularização do atendimento na unidade da Farmácia de Minas localizada no Bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte, especialmente quanto à organização do fluxo de atendimento, à garantia de prioridade legal aos usuários preferenciais e à celeridade na análise e liberação de medicamentos de alto custo, em observância aos direitos humanos, notadamente ao direito fundamental à saúde e à dignidade da pessoa humana, que impõem ao Estado o dever de assegurar acesso oportuno, equitativo e eficaz aos serviços e insumos essenciais à vida e à integridade dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Sala das Reuniões, 30 de abril de 2026.

Bella Gonçalves (PT), presidenta da Comissão de Direitos Humanos.

Justificação: Chegou ao conhecimento desta Comissão de Direitos Humanos denúncia relatando graves dificuldades enfrentadas por usuários do Sistema Único de Saúde - SUS - na unidade da Farmácia de Minas situada no Bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte. Segundo os relatos, desde as primeiras horas da manhã já se formam longas filas, com evidente desorganização no atendimento, ausência de respeito às prioridades legais e demora excessiva na análise de processos administrativos para fornecimento de medicamentos, inclusive de alto custo e de uso essencial à manutenção da saúde e da mobilidade dos pacientes.

Destaca-se, de forma especialmente preocupante, a informação de que usuários aguardam há mais de um mês pela análise de solicitações de medicamentos injetáveis de elevado valor, sem nenhuma previsão de resposta, permanecendo os processos “em análise” em instâncias da Cidade Administrativa. Tal cenário evidencia possível falha na prestação de serviço público essencial, com impacto direto na saúde, na dignidade e na qualidade de vida dos cidadãos.

A situação apresentada configura potencial violação a direitos fundamentais assegurados pela Constituição da República, notadamente o direito à saúde, que impõe ao Estado o dever de garantir acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Ademais, a precariedade no atendimento e a ausência de critérios adequados de priorização afrontam o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), bem como o dever de eficiência da administração pública (art. 37, *caput*).

Cumprе ressaltar que a assistência farmacêutica integra o núcleo essencial do direito à saúde, sendo indispensável à efetividade de tratamentos médicos e à preservação da vida e da integridade física dos usuários do SUS. A demora injustificada na

análise e no fornecimento de medicamentos pode agravar quadros clínicos, gerar sofrimento desnecessário e, em casos extremos, ocasionar danos irreversíveis.

Diante disso, faz-se imprescindível a adoção de providências imediatas por parte dos órgãos competentes, tanto para reorganizar o atendimento na unidade mencionada quanto para garantir maior celeridade e transparência aos processos de liberação de medicamentos, assegurando o respeito aos direitos dos usuários do sistema público de saúde.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 1º/6/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Lorryne Alves Teixeira, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Manassés de Paula Gonçalves, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Participação Popular;

nomeando Gabriela Almeida Rodrigues, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Lud Falcão;

nomeando Manoel Franklin Rodrigues, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Ouvidor;

nomeando Marco Antônio Dias Raspante, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.